

Fundação IBGE

Por decreto presidencial de 2 de agosto do corrente foi aprovado o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, regulamentando assim, o Decreto-Lei n.º 161 de 13 de fevereiro de 1967 que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação IBGE.

A Fundação IBGE, na qualidade de órgão central do Sistema Estatístico Nacional e do Sistema Geográfico-Cartográfico Nacional, cabe prestar orientação normativa e exercer supervisão técnica e fiscalização específica das atividades estatísticas, geográficas e cartográficas dos órgãos integrantes dos respectivos sistemas, bem como executar levantamentos, pesquisas e estudos relativos a essas atividades, especialmente os necessários à formulação e à execução do Plano Nacional de Estatística Básica e do Plano Nacional de Geografia e Cartografia, divulgando os seus resultados.

Competirá ainda à Fundação, no desempenho de suas atribuições de coordenação e orientação, zelar pela observância dos princípios consagrados

na Convenção Nacional de Estatística (Decreto n.º 1.022 de 11 de agosto de 1936) e nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal (Decreto-Lei número 5.981 de 10 de novembro de 1943), com as modificações introduzidas pela legislação posterior (Art. 5.º do Decreto-Lei n.º 161 de 13 de fevereiro de 1967).

De acordo com o que dispõe o Estatuto, a Fundação IBGE compor-se-á dos seguintes órgãos: a) Conselho Diretor; b) Presidência; c) Órgãos Autônomos (Instituto Brasileiro de Estatística; Instituto Brasileiro de Geografia e Escola Nacional de Ciências Estatísticas); e d) Conselho Fiscal.

O Conselho Diretor ao qual estará afeta a direção da Fundação terá a seguinte composição: 1) Presidente da Fundação que será o Presidente do Conselho; 2) Diretores Superintendentes dos órgãos autônomos; 3) Representante do Estado Maior das Forças Armadas. (EMFA); 4) Representante do Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral; 5) Representante do Ministério do Interior.

Planos de Desenvolvimento do País

O Presidente Costa e Silva em recente reunião ministerial, aprovou documento que define os objetivos básicos do governo, além da fixação das diretrizes gerais da política econômica e o estabelecimento de uma política estratégica, destinada a concentrar recursos em nove setores prioritários.

As novas áreas prioritárias são fixadas a partir de mudanças na orientação da política econômica governamental. A modificação de objetivos tem em vista que "não obstante o empenho

do Governo anterior, a política econômica e a fórmula de controle da inflação ultimamente empregados não lograram alcançar os resultados desejados, seja quanto à retomada do desenvolvimento, seja quanto à contenção da inflação".

Tal ponto de vista é fundamentado em documento, anexo ao plano, em que está resumido o diagnóstico elaborado por equipe de economistas do Ministério da Fazenda e do Planejamento, sob a coordenação do EPEA

— Escritórios de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Estabelece o plano, nesta parte denominado Plano Estratégico de Ação Governamental, 9 áreas prioritárias, a saber: 1) Elevação da produção e da produtividade agrícola; 2) Rutura das barreiras do abastecimento; 3) Eliminação das principais deficiências e pontos de estrangulamento existentes

na infra-estrutura econômica; 4) Contenção ou redução dos custos básicos que se encontram sob o controle do governo; 5) Consolidação das Indústrias Básicas; 6) Aplicação do mercado interno e externo; 7) Aumento da eficiência do setor público; 8) Estímulos à pesquisa científica e tecnológica, e 9) Efetivação de programas prioritários dos setores de Educação, Saúde e Habitação. — (Meta-Homem).

Características regionais do Brasil

O Instituto Brasileiro de Geografia vem de editar mais uma publicação pertencente à série B da Biblioteca Geográfica Brasileira. Trata-se de *Panorama Regional do Brasil*.

Esse trabalho, baseado em uma série de conferências realizadas em 1966 por equipes do IBGE, integradas por geógrafos da Divisão de Geografia do IBG, resume o estado atual dos

conhecimentos e das idéias sobre as principais características das diversas regiões do País, visando a colocar em evidência os contrastes entre partes diferenciadas ali existentes.

Panorama Regional do Brasil objetiva ainda chamar atenção para os problemas básicos de fundo geográfico de cada uma das regiões, procurando, na medida do possível, indicar as desiguais perspectivas de evolução.